

GUIA PRÁTICO

INSCRIÇÃO/ALTERAÇÃO MEMBROS ÓRGÃOS ESTATUTÁRIOS

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL, I.P.



FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Guia Prático - Inscrição/Alteração Membros dos Órgãos Estatutários (MOE)
(1008 – V5.06)

PROPRIEDADE

Instituto da Segurança Social, I.P.

AUTOR

Instituto da Segurança Social, I.P.

PAGINAÇÃO

Departamento de Comunicação e Gestão do Cliente

CONTACTOS

Atendimento telefónico da Segurança Social: **808 266 266** (n.º azul).

Estrangeiro: **(+351) 272 345 313**

Site: www.seg-social.pt, consulte a Segurança Social Direta.

DATA DE PUBLICAÇÃO

janeiro de 2013

ÍNDICE

A – O que é? -----	4
B1 – Condições para inscrição dos membros dos órgãos estatutários? -----	5
B2 – Formulários e documentos necessários à inscrição -----	7
B3 – Quando é que confirmam a inscrição? -----	8
C1 – Quais as obrigações dos MOE's? -----	8
C2 – Que direitos têm os membros dos órgãos estatutários?-----	11
D1 – O que acontece quando os MOE's cessam a atividade? Têm de continuar a pagar?-----	13
E1 – Legislação aplicável -----	13
E2 – Glossário -----	14
Perguntas Frequentes -----	15

A – O que é?

Os membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas (empresas, cooperativas, etc.) e entidades equiparadas são obrigatoriamente abrangidos pelo regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, com algumas especificidades, isto é, têm uma proteção social reduzida, desde que não exerçam funções de gerência ou administração.

Os membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas (empresas, cooperativas, etc.) e entidades equiparadas que exerçam funções de gerência ou de administração têm direito à proteção na eventualidade de desemprego, nos termos de legislação que ainda há de ser publicada.

Os membros de órgãos estatutários não estão obrigados a comunicar o início de atividade, como acontece com os trabalhadores por conta de outrem, dado que a comunicação do respetivo início de atividade profissional é feita aos serviços do Instituto da Segurança Social, I.P, pelos serviços da Administração Fiscal e da Justiça.

Os serviços competentes da Segurança Social, ou seja, o Centro Distrital que abrange a morada da sede da empresa ao receber a comunicação, inscreve o membro de órgão estatutário caso este não se encontre inscrito, ou atualiza os seus dados, caso este já se encontre inscrito.

Os serviços da Segurança Social pedem à entidade empregadora para, no prazo de 10 dias, entregar cópia do pacto social e da ata da assembleia-geral em que constem os dados relativos aos membros dos órgãos estatutários, a fim de proceder ao enquadramento ou exclusão neste regime, nomeadamente:

- Identificação dos membros dos órgãos estatutários;
- Se estão ou não a exercer atividade na pessoa coletiva onde são membros de órgãos estatutários;
- Se são ou não remunerados;
- Se já estão abrangidos por outro regime de proteção social obrigatório, nacional ou estrangeiro.

Caso a entidade empregadora não envie os documentos que lhe foram pedidos, o membro de órgão estatutário fica automaticamente enquadrado e é fixada como base de incidência contributiva a remuneração correspondente ao valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS) € 419,22.

B1 – Condições para inscrição dos membros dos órgãos estatutários?

Quais os membros dos órgãos estatutários (MOE's) que têm que se inscrever/enquadrar na Segurança Social?

Quais os membros dos órgãos estatutários que podem ficar excluídos?

Como se comprova que os MOE's são ou não remunerados?

Como se comprova que um MOE já desconta por outra entidade?

Como se comprova que um MOE é pensionista?

Quais os membros dos órgãos estatutários (MOE's) que têm que se inscrever/enquadrar na Segurança Social e pagar contribuições como MOE's?

- a) Administradores, diretores e gerentes das sociedades e cooperativas;
- b) Administradores de pessoas coletivas gestoras ou administradoras de outras pessoas coletivas, quando são contratados a título de mandato para exercerem funções de administração, desde que a responsabilidade pelo pagamento das remunerações, seja assumida pela entidade administrada;
- c) Gestores de empresas públicas ou de outras pessoas coletivas, com ou sem fins lucrativos, que não se encontrem abrangidos pelo regime de proteção social convergente dos trabalhadores em funções públicas e que não tenham optado, nos termos da lei, por outro regime de proteção social obrigatório;
- d) Membros dos órgãos internos de fiscalização das pessoas coletivas (empresas, cooperativas, etc.) que não se encontrem abrangidos pelo regime de proteção social convergente dos trabalhadores em funções públicas e que não tenham optado, nos termos da lei, por outro regime de proteção social obrigatório;
- e) Membros dos demais órgãos estatutários das pessoas coletivas (empresas, cooperativas, etc.) que não se encontrem abrangidos pelo regime de proteção social convergente dos trabalhadores em funções públicas e que não tenham optado, nos termos da lei, por outro regime de proteção social obrigatório;

E todos os abaixo indicados, são enquadrados mesmo que não paguem contribuições como MOE's

Quais os membros dos órgãos estatutários que podem ficar excluídos ?

MOE's de entidades de pessoas coletivas sem fins lucrativos que não recebam qualquer remuneração pelo exercício dessa atividade;

Sócios que nos termos do pacto social tenham a qualidade de gerentes, mas não exerçam essa atividade nem recebam por ela;

Os trabalhadores por conta de outrem nomeados para cargos de gestão, nas entidades a cujo quadro da empresa já pertenciam como contratados há pelo menos 1 ano, e por esse motivo (TCO) foram inscritos em regime de proteção social;

Sócios gerentes de sociedades constituídas por pessoas que exercem todas a mesma profissão e cujo fim social seja o exercício dessa profissão (por exemplo, sociedades de advogados, de médicos, etc.);

Gestores oficiais e revisores oficiais de contas;

MOE's de sociedades de agricultura de grupo e das cooperativas de produção e serviços;

Os liquidatários judiciais (aquele que verifica os bens que ainda existem na empresa que foi declarada insolvente);

Administradores, diretores e gerentes de uma sociedade ou cooperativa que sejam estrangeiros e que exerçam atividade temporária em Portugal por um período limitado e provem que estão enquadrados na Segurança Social de outro país.

Exclusão nos casos de acumulação com outra atividade ou situação de pensionista

MOE's de pessoas coletivas com fins lucrativos que não são pagos pelo seu trabalho e se encontram numa das seguintes situações:

- 1) Acumulam a função de MOE com outra atividade profissional e, através desta, estão abrangidos por um regime obrigatório de proteção social e recebam salário superior a uma vez o IAS (€ 419,22], consideram-se regimes obrigatórios:
 - Regime Geral de Segurança Social dos Trabalhadores Por conta de Outrem;
 - Regime de Segurança Social dos Trabalhadores Independentes;
 - Regime de Proteção Convergente dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas;
 - Regime que abrange os Advogados e Solicitadores;
 - Regimes de proteção social estrangeiros relevantes para efeitos de coordenação com os regimes de Segurança Social portuguesa.
- 2) São pensionistas de invalidez ou de velhice de regimes obrigatórios de proteção social, nacionais ou estrangeiros.

Como se comprova que os MOE's são ou não remunerados?

Têm de apresentar à Segurança Social cópia do pacto social ou da Ata da Assembleia-geral, registados na Conservatória do Registo Comercial, comprovativa de que não são remunerados.

No caso de passarem a ser remunerados, pela atividade de gerência, têm de apresentar à Segurança Social cópia da ata da assembleia geral, registada, que comprove a alteração.

Como se comprova que um MOE já desconta por outra entidade?

Tem de apresentar declaração comprovativa emitida pela entidade para a qual desconta.

Como se comprova que um MOE é pensionista?

Se receber pensão de outro sistema de proteção social, português ou estrangeiro (ex.: é pensionista da Caixa Geral de Aposentações ou tem uma pensão de um país estrangeiro) tem de apresentar à Segurança Social portuguesa a prova dessa situação de pensionista, através de documento

emitido, ou pela CGA, ou pela entidade estrangeira da qual recebe a pensão.

Se receber uma pensão da Segurança Social portuguesa, não é preciso provar, uma vez que é do conhecimento dos serviços.

Nota: No caso de sociedades de profissionais abrangidos pelo regime de transparência fiscal, (artigo 6.º do Código Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) os seus sócios e membros não são inscritos/enquadrados no regime geral dos trabalhadores por conta de outrem como membros de órgãos estatutários (MOE) mas sim no regime dos trabalhadores por conta própria (TI)

B2 – Formulários e documentos necessários à inscrição

Inscrição/enquadramento dos MOEs

Formulários

Documentos necessários

Até quando se pode fazer

Onde se pode fazer

Inscrição/enquadramento dos MOEs

Formulários

RV1011-DGSS-Comunicação de início de atividade/ Alteração de elementos/ suspensão/ cessação de atividade para entidade empregadora, disponível nos serviços de atendimento da Segurança Social e para impressão na Internet, em www.seg-social.pt.

No menu Documentos e Formulários, selecionar Formulários e no campo pesquisa inserir o nome/designação (completo ou parte) do formulário ou do modelo.

Documentos necessários

- Ata da nomeação dos membros dos órgãos estatutários e sua situação quanto à forma de remuneração (com ou sem remuneração);
- Fotocópia do cartão de contribuinte fiscal (NIF) dos membros dos órgãos estatutários da sociedade;
- NISS (número de identificação da Segurança Social).

Atualmente é oficiosamente comunicado, por via eletrónica, aos serviços da segurança social, o conteúdo dos seguintes atos de registo: a designação e a cessação de funções, por

qualquer causa que não seja o decurso do tempo, dos órgãos de administração e fiscalização.

Até quando se pode fazer

Pode ser feito ao mesmo tempo que a abertura da empresa. Quando se faz a inscrição da empresa, inscreve-se o responsável (MOE).

Onde se pode fazer

Apesar de o início de atividade de um MOE ser oficiosamente comunicado pelos serviços da Autoridade Tributária, o MOE também pode, através da opção “Documentos Eletrónicos” da Segurança Social Direta, enviar a ata da assembleia-geral, a escritura e/ou a certidão da conservatória do registo comercial

OU

Nos serviços da Segurança Social da área da morada da sede da empresa ou nos serviços da Segurança Social da área da morada profissional das entidades empregadoras, através do Formulário, RV1011-DGSS – Comunicação de início de atividade/Alteração de elementos/suspensão/cessação de atividade para entidade empregadora.

B3 – Quando é que confirmam a inscrição?

A Segurança Social envia uma carta para a entidade empregadora e outra para o Membro dos Órgãos Estatutários a confirmar a inscrição e o seu NISS (número de identificação da Segurança Social).

C1 – Quais as obrigações dos MOE's?

Pagar as contribuições/quotizações para a Segurança Social

Pagamento das contribuições/quotizações como pensionista

Quando se pode pagar?

O que se paga?

O que acontece quando não se paga?

Avisar a Segurança Social sempre que houver alguma alteração

Onde se pode fazer?

O que acontece quando não se avisa?

Pagar as contribuições/quotizações para a Segurança Social

Os MOES que exerçam funções de gerência ou de administração devem entregar à Segurança Social uma contribuição de **34,75%** sobre as remunerações efetivamente recebidas, ou seja, aquilo que realmente recebem, ficando 11% a cargo do membro dos órgãos estatutários e 23,75% a cargo da empresa.

Os MOES que não exerçam aquelas funções, como, por exemplo, os membros dos órgãos internos de fiscalização das pessoas coletivas, devem entregar à segurança social uma contribuição de **29,6%** sobre as remunerações efetivamente recebidas, ou seja, aquilo que realmente recebem, ficando 9,3% a cargo do membro dos órgãos estatutários e 20,3% a cargo da empresa.

Estas taxas são aplicadas ao valor das remunerações reais (o salário do membro de órgão estatutário, antes dos descontos), no mínimo o valor do IAS (€ 419,22) e no máximo 12 vezes o IAS (€ 5.030,64).

O limite mínimo (€ 419,22) não se aplica aos MOEs que recebam remuneração e se encontrem abrangidos por regime obrigatório de proteção social pelo exercício de outra atividade, em acumulação com a de MOE.

O limite máximo (€ 5.030,64) aplica-se a cada uma das remunerações mensais que os MOE's ganhem em cada uma das empresas em que exerçam a atividade. Uma vez que os subsídios de férias e Natal não fazem parte da remuneração mensal, estes subsídios não contam para o limite máximo das remunerações mensais.

Aos MOE's de pessoas coletivas que não exerçam outra atividade em função da qual estejam enquadrados em regime de proteção social obrigatório, nem sejam pensionistas, os limites mínimo e máximo são sempre aplicáveis.

No entanto, um MOE pode optar por uma base de incidência facultativa, ou seja, pelo valor real das remunerações que ultrapassem o limite máximo (€ 5.030,64), desde que tome essa opção e a mesma seja aprovada pelo órgão da pessoa coletiva competente para a designação do membro do órgão estatutário interessado, cuja capacidade para a atividade se encontre atestada pelo médico assistente do membro de órgão estatutário e o requeira até aos 57,5 anos em 2013 (Ver tabela anos seguintes).

Ano	Idade		Ano	Idade
2011	56,5		2020	61
2012	57		2021	61,5
2013	57,5		2022	62
2014	58		2023	62,5
2015	58,5		2024	63
2016	59		2025	63,5
2017	59,5		2026	64
2018	60		2027	64,5
2019	60,5		2028	65

Nota 1: Fazem ainda parte da remuneração dos membros de órgãos estatutários os valores pagos a título de gratificações (desde que sejam atribuídos em função do exercício de gerência, sem ligação à qualidade de sócio, e sem que sejam derivados aos lucros). As gratificações devem ser parceladas por referência aos meses a que se reportam.

Nota 2: Fazem ainda parte da remuneração dos membros de órgãos estatutários os valores pagos a título de senhas de presença.

Pagamento de contribuições/quotizações como pensionista

No caso de um pensionista de invalidez que seja MOE e receba salário, deverá ser paga à Segurança Social uma contribuição total de 28,2%, ficando 19,3% a cargo da entidade empregadora e 8,9% a cargo do beneficiário, o que dará lugar ao aumento da pensão, cujo cálculo e pagamento são automáticos e efetuados no ano seguinte, desde que os descontos constem no sistema da Segurança Social, não sendo preciso pedir o aumento da pensão.

No caso de um pensionista de velhice que seja MOE e receba salário, deverá ser paga à Segurança Social uma contribuição total de 23,9%, ficando 16,4 % a cargo da entidade empregadora e 7,5 % a cargo do beneficiário, o que dará lugar ao aumento da pensão, cujo cálculo e pagamento são automáticos e efetuados no ano seguinte, desde que os descontos constem no sistema da Segurança Social, não sendo preciso pedir o aumento da pensão.

No entanto, apenas no caso em que se verifique alguma falha no sistema, o pensionista de invalidez ou de velhice pode pedir o aumento da pensão em qualquer serviço de atendimento da Segurança Social ou por carta, dirigida ao Centro Nacional de Pensões (CNP), não havendo nenhum formulário próprio.

Quando se pode pagar

Do dia 10 até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que dizem respeito as contribuições e as quotizações (a parte a cargo da empresa e a parte a cargo do membro de órgão estatutário).

O que acontece quando não se paga

Se as contribuições/quotizações forem pagas fora do prazo serão liquidados juros de mora sobre o valor da dívida e fica-se sujeito a um processo de contra ordenação. Se as contribuições/quotizações não forem pagas, fica-se sujeito à cobrança coerciva da dívida (isto é, a dívida é cobrada mesmo que contra a vontade do devedor, recorrendo, por exemplo, à penhora de salários ou de bens).

Avisar a Segurança Social sempre que houver alguma alteração

O início, cessação ou suspensão e quaisquer outras alterações têm de ser comunicados aos serviços da Segurança Social, no prazo de 10 dias.

Onde se pode fazer

No serviço on-line Segurança Social Direta com acesso no topo do site da Segurança Social, enviando através da opção “Documentos Eletrónicos” a ata da assembleia-geral, a escritura e/ou a certidão da conservatória do registo comercial

OU

Nos serviços da Segurança Social da área da morada da sede da empresa ou nos serviços da Segurança Social da área da morada profissional das entidades empregadoras, através do Formulário, RV1011-DGSS – “Comunicação de início de atividade/Alteração de elementos/suspensão/cessação de atividade para entidade empregadora”.

O que acontece quando não se avisa

Pode ter de ser paga uma coima (multa).

C2 – Que direitos têm os membros dos órgãos estatutários?

Proteção social dada aos MOE's

Situações em que os MOEs poderão ter direito ao subsídio de desemprego

Proteção social dada aos MOE's

A inscrição é válida desde o dia 1 do mês em que se inicia a atividade.

Ao inscreverem-se e passarem descontar para a Segurança Social como membros de órgãos estatutários, passam a estar protegidos nas seguintes situações, desde que reúnam as condições para o prazo de garantia:

Situações	Exemplos de produtos da Segurança Social
Encargos Familiares	• Abono família pré-natal • Abono família crianças e jovens • Subsídio de funeral
Morte	• Pensão de sobrevivência • Complemento por dependência • Subsídio por morte • Reembolso de despesas de funeral
Desemprego	• Subsídio de desemprego
Doença	• Subsídio de doença • Prestações compensatórias dos subsídios de férias, Natal ou semelhantes
Invalidez	• Pensão de invalidez • Complemento por dependência • Complemento de pensão por cônjuge a cargo
Doenças Profissionais	• Proteção garantida nas situações de doença profissional
Parentalidade	• Subsídio por risco clínico durante a gravidez • Subsídio por interrupção da gravidez • Subsídio parental (<i>subsídio parental inicial, subsídio parental inicial exclusivo do pai, subsídio parental inicial exclusivo da mãe e subsídio parental inicial a gozar por um progenitor em caso de impossibilidade do outro</i>) • Subsídio parental alargado • Subsídio por adoção • Subsídio por assistência a filho • Subsídio por assistência a filhos com deficiência ou doença crónica • Subsídio de assistência a neto • Subsídio para assistência na doença a descendentes menores de doze anos e deficientes • Subsídio por faltas especiais dos avós
Velhice	• Pensão por velhice • Complemento por dependência • Complemento de pensão por cônjuges a cargo

Situações em que os MOE's poderão ter direito ao subsídio de desemprego

Se um trabalhador da empresa, que já faça parte do seu quadro há pelo menos 1 ano, for nomeado membro de órgão estatutário dessa mesma empresa, continua a ser considerado trabalhador por conta de outrem para a Segurança Social, pelo que a contribuição a pagar à Segurança Social não se altera, continuando a ser paga a taxa de 34,75% sobre as remunerações recebidas, ficando 11% a

cargo do beneficiário e 23,75% a cargo da entidade empregadora, podendo ter direito ao subsídio de desemprego.

Com a alteração introduzida em 2013 ao Código Contributivo os MOES das pessoas coletivas que exerçam funções de gerência ou de administração têm ainda direito à proteção na eventualidade de desemprego, nos termos a definir em legislação própria.

D1 – O que acontece quando os MOE's cessam a atividade? Têm de continuar a pagar?

Os membros de órgãos estatutários só deixem de pagar contribuições à Segurança Social quando se verificar que a cessação da respetiva atividade, foi por destituição, por renúncia ou quando se verificar o encerramento da liquidação da empresa.

Ou

Excecionalmente, os membros de órgãos estatutários podem pedir a cessação da respetiva atividade, desde que, a pessoa coletiva tenha cessado a atividade para efeitos de IVA e não tenha trabalhadores ao serviço.

Com base nos dados que os serviços da Segurança Social da área que abrange a morada da sede da empresa, recebe dos serviços da Administração Fiscal e da Justiça ou com base em provas fornecidas pelos próprios membros de órgãos estatutários, é registada a cessação de atividade.

Apesar de já não se enquadrarem como membros de órgãos estatutários continuam inscritos na Segurança Social.

E1 – Legislação aplicável

No menu **Documentos e Formulários**, selecionar **Legislação** e no campo pesquisa inserir o **número/ano** do diploma.

Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro

Aprova o Orçamento do Estado para 2013 e procede à alteração do Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Lei n.º 20/2012, de 14 de maio

Primeira alteração à Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro (Orçamento do Estado para 2012), no âmbito da iniciativa para o reforço da estabilidade financeira – pág. 2486 a 2488

Decreto Regulamentar n.º 50/2012, de 25 de setembro

Procede à segunda alteração ao Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro

Orçamento do Estado para 2012

Despacho n.º 5130/2011. D.R. n.º 59, Série II de 2011-03-24, MTSS-GSESS

Aprovação dos suportes de informação previstos no Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 3 de janeiro, que regulamenta o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Portaria n.º 66/2011, de 4 de fevereiro

Normas complementares de definição dos procedimentos e delimitação dos elementos e meios de prova, em cumprimento do disposto no n.º4 do artigo 3.º do Decreto Regulamentar n.º1-A/2011, de 3 de janeiro.

Decreto Regulamentar n.º 1-A/2011, de 03 de janeiro

Regulamentação do código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.

Lei n.º 55 – A/2010, de 31 de dezembro

Orçamento do Estado para 2011

Lei n.º110/2009, de 16 de setembro

Aprova o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social

Decreto-Lei n.º 122/2009, de 21 de maio

Concretiza uma medida do Programa de Simplificação Administrativa e Legislativa – SIMPLEX da responsabilidade dos Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Justiça e do Trabalho e da Solidariedade Social que visa simplificar as comunicações das empresas ao Estado, aditando ao Código do Registo Comercial o artigo 72.º-A, subordinado à epígrafe “Comunicações obrigatórias”.

Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro

Aprova as bases gerais do sistema da Segurança Social

E2 – Glossário

Enquadramento

Ao inscrever-se na Segurança Social, o trabalhador é inserido num enquadramento de acordo com o tipo de trabalho que faz. Os diferentes enquadramentos têm obrigações e benefícios diferentes.

Tipos de enquadramento:

- Trabalhador por conta de outrem (inclui Serviço doméstico e MOEs)
- Trabalhador independente
- Seguro social voluntário

Regimes obrigatórios de proteção social

- Regime geral da Segurança Social
- Regimes especiais de Segurança Social (trabalhadores do serviço doméstico, trabalhadores independentes, MOEs, seguro social voluntário)
- Regime da função pública
- Regime que abrange os advogados e solicitadores
- Regimes de proteção social estrangeiros que se coordenam com os regimes de Segurança Social portugueses.

Perguntas Frequentes

O gerente de uma empresa tem direito ao subsídio de desemprego?

Se antes de ser nomeado gerente pertencia aos quadros da empresa como trabalhador contratado há 1 ano, continua a ser considerado trabalhador por conta de outrem e tem direito ao subsídio de desemprego.

Os MOES que exerçam funções de gerência ou de administração devem entregar à Segurança Social uma contribuição de **34,75%** sobre as remunerações efetivamente recebidas, ou seja, aquilo que realmente recebem, ficando 11% a cargo do membro dos órgãos estatutários e 23,75% a cargo da empresa.